



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Audiência Pública

Entraves Burocráticos



**Relação Municípios x Governo Federal
nas Transferências Voluntárias**

Principais problemas



Principais problemas na relação Município x Governo Federal:

- Falta de padronização nos convênios por parte dos Ministérios, cada um tem um procedimento diferente.
 - Exemplo: Ministério das Cidades tem exigências próprias e formulários diferentes do Ministério da Saúde que por sua vez são diferentes do Ministério do Turismo.
- Liberação dos repasses segue em geral um cronograma político, com pouca relação com a execução efetiva das obras.

Principais problemas



- Excesso de burocracia nas certidões emitidas pelo próprio governo federal:
 - Exemplo: As certidões negativas do FGTS, INSS, e regularidades fiscais são emitidas pelos órgãos da União, mas são os municípios que tem que apresentá-las no andamento dos convênios, porque o próprio Governo não emite e encaminha ao concedente esta documentação.
- Contingenciamento dos investimentos, utilizado como principal instrumento para ajustar o superávit primário do Governo Federal.

Problemas em relação a CEF



- Demora na análise dos processos pela CEF, encarecendo os custos dos convênios.
- Escassez e mudança constante do corpo técnico da CEF para aferição e medição das obras de convênios.
- Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) desatualizada e com falta de itens, não levando em conta as diferenças regionais.
- Ajuste do contrato, aditamento ou reprogramação devolve o processo a CEF com grande demora na sua análise.

Avanços da portaria 507/2011



- Retirou exclusividade da tabela SINAPI como referência para a aquisição de material de construção.
- Restringiu o excesso de interferência da Caixa Econômica Federal no detalhamento dos convênios;
- Possibilitou o repasse com base na responsabilização dos prefeitos (antecipação dos valores);
- Permitiu o ressarcimento de pagamentos já efetuados;
- Permitir o rito simplificado para convênios de até R\$ 750.000,00;

Entraves relacionados ao CAUC



A Portaria Interministerial n. 507/2011 prevê que para a assinatura de convênios é necessário que o município tenha comprovada a adimplência com todos os requisitos fiscais exigidos no CAUC.

O CAUC apontará uma lista de requisitos fiscais que evidenciam o atendimento ou não das exigências legais, divididos em 4 (quatro) itens e 14 (Quatorze) subitens:

A CNM consolidou as pendências dos municípios em 31/05/2013.

Pendências no CAUC



Quantidade de municípios apontados no CAUC por UF							
UF	Quantidade de Apontamentos						Qtd. Mun. por UF
	1	2	3	Mais 3	Total	%	
AC	0	6	2	14	22	100,0%	22
AL	3	6	5	85	99	97,1%	102
AM	4	6	6	43	59	95,2%	62
AP	1	1	0	14	16	100,0%	16
BA	7	53	46	302	408	97,8%	417
CE	46	33	33	48	160	87,0%	184
ES	12	7	13	19	51	65,4%	78
GO	14	47	44	131	236	95,9%	246
MA	18	22	23	149	212	97,7%	217
MG	140	150	126	416	832	97,5%	853
MS	24	19	18	7	68	87,2%	78
MT	7	34	22	69	132	93,6%	141
PA	9	15	15	95	134	93,7%	143
PB	17	30	29	147	223	100,0%	223
PE	4	19	21	138	182	98,9%	184
PI	26	26	27	144	223	99,6%	224
PR	115	88	60	105	368	92,2%	399
RJ	7	17	12	54	90	97,8%	92
RN	24	23	16	98	161	96,4%	167
RO	7	10	13	18	48	92,3%	52
RR	0	1	0	14	15	100,0%	15
RS	162	94	49	74	379	76,4%	496
SC	87	45	38	89	259	88,4%	293
SE	16	11	7	39	73	97,3%	75
SP	37	150	160	250	597	92,6%	645
TO	21	34	18	65	138	99,3%	139
BR	809	949	806	2.627	5.185	93,2%	5.563

Pendências no CAUC



Cadastro Único de Convênio (CAUC) - UF: BR			Comprovado	Não comprovado	Municípios
Requisitos Fiscais	I - Obrigações de Adimplência Financeira	Regularidade quanto a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União	4.749	814	5.563
		Regularidade quanto a Contribuições Previdenciárias	4.341	1.222	5.563
		Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	5.260	303	5.563
		Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	5.558	5	5.563
		Regularidade perante o Poder Público Federal	4.792	771	5.563
	II - Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios	Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente	4.292	1.271	5.563
		Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente (complementar)	4.904	659	5.563
	III - Obrigações de Transparência	Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF	2.968	2.595	5.563
		Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO	1.125	4.438	5.563
		Encaminhamento das Contas Anuais	3.130	2.433	5.563
	IV - Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais	Exercício da Plena Competência Tributária	3.463	2.100	5.563
		Aplicação Mínima de recursos em Educação	3.473	2.090	5.563
		Aplicação Mínima de recursos em Saúde	4.546	1.017	5.563
		Regularidade Previdenciária	4.116	1.447	5.563

Restos a Pagar



Um problema crescente na federação

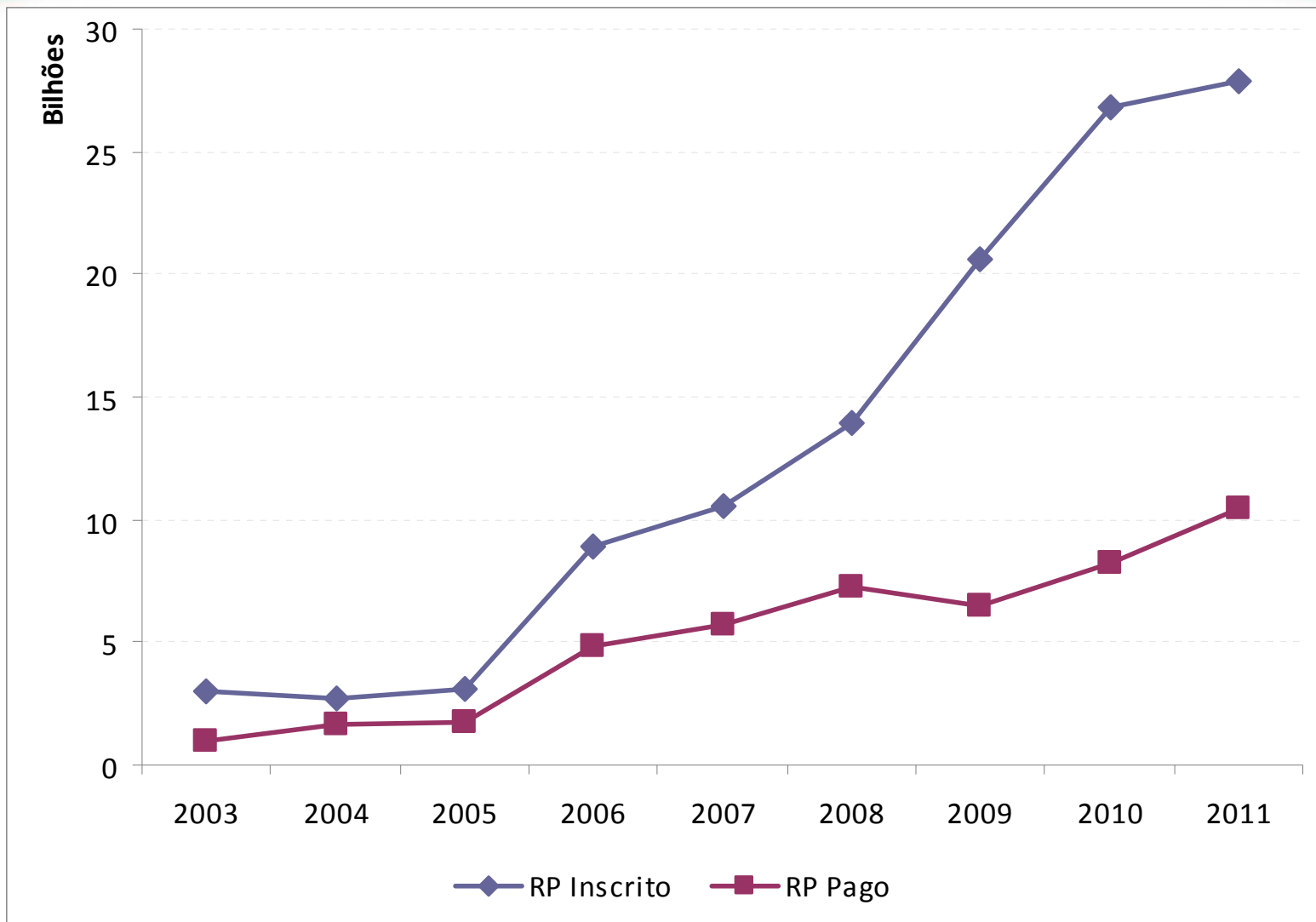
Crescimento dos restos a Pagar



Restos a pagar da união devidos a Municípios :

ANO	RP Inscrito	Cresc. (%)	RP Pago
2003	3.009.485.525		975.551.377
2004	2.676.246.224	-11,1%	1.661.204.194
2005	3.126.831.656	16,8%	1.695.750.968
2006	8.950.335.718	186,2%	4.794.921.646
2007	10.566.672.174	18,1%	5.756.575.126
2008	13.895.876.950	31,5%	7.212.876.805
2009	20.632.545.856	48,5%	6.484.137.021
2010	26.784.840.915	29,8%	8.188.757.005
2011	27.828.008.912	3,9%	10.453.224.752

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal



Análise dos restos a pagar 2012



Dos **61.715** processos de despesa (empenhos) inscritos em restos a pagar em que os beneficiários são municípios, **12.763 (20,7%)** são processados, **24.004 (38,9%)** são não processados do ano de 2011 e **25.501 (41,3%)** são não processados de exercícios anteriores.

Nº de empenhos inscritos em restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios

Ano Emissão Empenho	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Inscrito	RP Não-Proc Insc. Outros Exercícios	RP Inscrito
2002	4	-	-	4
2003	215	-	-	215
2004	422	-	-	422
2005	466	-	-	466
2006	1.011	-	3	1.014
2007	2.234	-	974	3.164
2008	2.722	-	2.618	5.185
2009	3.782	-	8.744	12.281
2010	1.549	-	13.162	14.673
2011	358	24.004	-	24.291
Total	12.763	24.004	25.501	61.715

O Tamanho do Problema



Restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:

Ano Emissão Empenho	RP Não-Proc Inscrito	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Insc. Outros Exercícios	RP Inscrito
2002	-	3.396.830	-	3.396.830
2003	-	15.903.339	-	15.903.339
2004	-	43.365.972	-	43.365.972
2005	-	69.826.679	-	69.826.679
2006	-	135.859.620	1.640.026	137.499.646
2007	-	693.746.720	287.416.166	981.162.886
2008	-	733.731.354	929.867.073	1.663.598.427
2009	-	1.066.265.391	3.066.626.301	4.132.891.692
2010	-	672.741.046	5.522.827.212	6.195.568.257
2011	10.963.288.628	419.239.363	-	11.382.527.991
Total	10.963.288.628	3.854.076.313	9.808.376.778	24.625.741.720

O Tamanho do Problema



Restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:

UF	RP Não-Proc Inscrito	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Insc. Outros Exercícios	RP Inscrito
AC	64.810.983	44.318.722	61.467.767	170.597.472
AL	277.168.908	174.420.259	339.532.123	791.121.289
AM	180.613.824	65.140.735	146.580.551	392.335.110
AP	43.239.602	34.975.776	87.554.671	165.770.048
BA	979.441.852	296.729.027	608.486.553	1.884.657.432
CE	592.738.927	337.106.068	536.148.370	1.465.993.365
ES	231.080.341	64.405.460	169.167.236	464.653.037
GO	398.492.797	158.124.498	417.803.839	974.421.134
MA	537.817.309	251.419.003	395.358.932	1.184.595.243
MG	1.051.266.837	311.241.294	781.236.325	2.143.744.456
MS	204.287.155	83.111.761	249.396.404	536.795.320
MT	210.644.394	150.363.851	367.612.614	728.620.859
PA	562.386.117	195.357.627	262.986.270	1.020.730.014
PB	346.062.596	242.567.551	284.226.544	872.856.691
PE	490.894.484	221.828.560	492.909.659	1.205.632.704
PI	256.994.995	104.721.694	141.312.666	503.029.355
PR	484.854.297	133.746.266	439.657.890	1.058.258.454
RJ	695.983.007	113.389.493	565.123.159	1.374.495.659
RN	245.713.569	102.350.320	226.092.252	574.156.141
RO	147.056.039	75.172.762	156.926.086	379.154.887
RR	83.045.502	48.353.713	160.831.670	292.230.885
RS	687.274.615	159.437.955	611.319.902	1.458.032.472
SC	465.431.505	141.682.763	433.958.871	1.041.073.139
SE	112.224.783	63.486.018	148.395.163	324.105.964
SP	1.481.167.886	234.514.407	1.601.725.144	3.317.407.436
TO	132.596.306	46.110.732	122.566.116	301.273.154
Total	10.963.288.628	3.854.076.313	9.808.376.778	24.625.741.720

O Tamanho do Problema



Restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:

Órgão (Orçamentário)	RP Inscrito	RP Não-Proc Inscrito	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Inc. Outros Exercícios
ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	66.435	21.704	44.731	-
JUSTICA DO TRABALHO	162.574	159.402	2.440	732
JUSTICA ELEITORAL	236.980	229.643	273	7.063
JUSTICA FEDERAL	158.129	155.231	-	2.897
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	84.944	84.944	-	-
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	584.718.606	420.895.717	83.040.113	80.782.776
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	224.762.394	52.874.866	54.298.926	117.588.602
MINISTERIO DA CULTURA	316.513.237	263.228.483	9.855.369	43.429.385
MINISTERIO DA DEFESA	238.360.806	105.910.462	71.212	132.379.132
MINISTERIO DA EDUCACAO	3.301.812.309	2.737.962.948	516.953.964	46.895.398
MINISTERIO DA FAZENDA	195.700	190.626	4.076	998
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1.702.282.522	516.742.636	430.390.592	755.149.295
MINISTERIO DA JUSTICA	42.332.365	26.671.301	3.676.369	11.984.695
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	23.279.881	17.666.979	-	5.612.902
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	304.117	210.980	84.234	8.904
MINISTERIO DA SAUDE	5.360.633.513	1.893.895.969	2.209.179.063	1.257.558.481
MINISTERIO DAS CIDADES	7.527.581.223	2.983.816.786	175.767.355	4.367.997.082
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	53.528	16.128	-	37.400
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	3.961	2.816	1.145	-
MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	21.251.201	-	3.699.201	17.552.000
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	89.068.875	11.645.539	24.125.635	53.297.701
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	358.328.158	231.515.632	11.169.996	115.642.530
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	86.594.329	74.586.591	5.700.633	6.307.105
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR	15.884.240	3.320.000	200.000	12.364.240
MINISTERIO DO ESPORTE	1.281.142.778	528.387.760	216.838.798	535.916.220
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	10.021.181	8.365.403	478.100	1.177.678
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	138.532	137.693	840	-
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	159.124.127	143.573.785	346.729	15.203.612
MINISTERIO DO TURISMO	2.900.834.936	748.113.679	25.654.990	2.127.066.267
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	220.266.450	104.552.980	13.091.569	102.621.900
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	14.150	14.150	-	-
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	159.529.540	88.337.795	69.399.962	1.791.783
Total geral	24.625.741.720	10.963.288.628	3.854.076.313	9.808.376.778

Restos a Pagar pesquisados



Pesquisa da CNM avaliou 10.948 dos 49.505 empenhos de restos a pagar não processados e foi identificado que eles se dividem da seguinte maneira:

Tipo	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Aquisição de Equipamento	208.000.365	6,4%	919	8,4%
Obra	2.678.597.410	82,8%	8.749	79,9%
Subtotal (obra + equipamento)	2.886.597.776	89,3%	9.668	88,3%
Custeio	30.349.625	0,9%	95	0,9%
Não identificado	316.535.777	9,8%	1.185	10,8%
Total geral	3.233.483.177	100,0%	10.948	100,0%

Restos a Pagar N-P pesquisados



Resultado por ano de inscrição do empenho

Tipo	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Aquisição de Equipamento			493.516	21.474.466	25.536.513	160.495.871	208.000.365
Obra		35.566.575	101.821.590	419.118.843	901.869.086	1.220.221.316	2.678.597.410
Subtotal (obra + equipamento)		35.566.575	102.315.106	440.593.309	927.405.598	1.380.717.187	2.886.597.776
Custeio		46.800	1.594.956	5.548.555	11.936.130	11.223.183	30.349.625
Não identificado	297.719	8.755.981	25.185.155	65.874.884	86.981.471	129.440.567	316.535.777
Total geral	297.719	44.369.357	129.095.217	512.016.748	1.026.323.199	1.521.380.938	3.233.483.177

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



Dos empenhos identificados como de obras e aquisições de equipamentos, **56,8%** são referentes a despesas já licitadas e contratadas, que somam a **55,4%** dos recursos correspondentes.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Contratada	1.597.863.848	55,4%	5.490	56,8%
Não contratada	1.288.733.927	44,6%	4.178	43,2%
Total	2.886.597.776	100,0%	9.668	100,0%

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



Dos valores já contratados, **73,1%** já tiveram sua execução iniciada .

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Iniciada	1.168.704.219	73,1%	4.226	77,0%
Não iniciada	429.159.629	26,9%	1.264	23,0%
Total	1.597.863.848	100,0%	5.490	100,0%

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



Dos investimentos já iniciados, **79,8%** já tiveram pelo menos uma medição por parte de um representante do Governo Federal.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Medida	933.157.471	79,8%	3.533	83,6%
Não medida	235.546.748	20,2%	693	16,4%
Total	1.168.704.219	100,0%	4.226	100,0%

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



16,5% dos investimentos já iniciados já estão concluídos, que correspondem a **23,2%** dos processos de despesas iniciados.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Concluída	192.345.625	16,5%	982	23,2%
Não concluída	976.358.595	83,5%	3.244	76,8%
Total	1.168.704.219	100,0%	4.226	100,0%

Andamentos destes Restos a Pagar N-P



Em resumo temos:

- 6,7% dos investimentos concluídos
- 40,5% iniciados e
- 55,4% já contratados.

Etapas		RAP inscrito	%		
Obra e Aquisição	Contratada 55,4%	Iniciada 40,5%	Concluída	192.345.625	6,7%
		Não iniciada	Não concluída	976.358.595	33,8%
				429.159.629	14,9%
	Não contratada			1.288.733.927	44,6%
	Total			2.886.597.776	100,0%

Obras Concluídas

A CNM também pesquisou mais a fundo parte das obras concluídas para descobrir se houve algum pagamento por parte do Governo Federal e qual o principal motivo para o não pagamento, além de solicitar uma foto do investimento.

As obras selecionadas foram relativas a empenhos dos anos de 2008, 2009 e 2010

Como resultado os prefeitos informaram que em 55,3% dos casos, ele recebeu parcialmente o recurso do convênio e nos demais 44,7% não recebeu nada.

Recurso	2008	2009	2010	Total	%
Recebeu nada	1.925.498	5.682.281	12.137.546	19.745.325	44,7%
Recebeu parcialmente	2.966.418	12.588.863	8.825.764	24.381.045	55,3%
Total	4.891.916	18.271.144	20.963.310	44.126.371	100,0%

O principal problema apontado foi a retenção injustificada pelo Órgão do Governo Federal, correspondente a **83,8%** dos recursos. A falta de aferição pela Caixa Econômica Federal ou órgão competente é a responsável por **15,5%** dos recursos não transferidos e finalmente a falta de documentação por parte do município corresponde a **0,7%**.

Problema	2008	2009	2010	Total	%
Faltou aferição	384.358	2.333.402	4.115.624	6.833.383	15,5%
Faltou comprovação pelo Município		215.665	100.000	315.665	0,7%
Verba retida pelo Governo Federal	4.507.558	15.722.078	16.747.687	36.977.323	83,8%
Total	4.891.916	18.271.144	20.963.310	44.126.371	100,0%

André Amorim Alencar

Economista - CNM



andre.alencar@cnm.org.br

(61) 2101-6680